

**LUIZ CARLOS
BRESSER PEREIRA***Economista do PSDB***Estado
forte,
para *investir*****MÁRCIO CHALITA E RUI PIZARRO**

Fotos Américo Vermelho

Aprofundar ainda mais o ajuste fiscal e produzir superávits primários maiores do que os atuais para tornar o Estado forte, com capacidade para investir. Reduzir a dependência e o endividamento externos, valorizar o capital e o trabalho nacionais, atrair os capitais brasileiros que estão no exterior, baixar as taxas de juros e crescer pelo menos 5% ao ano. Estes são os pontos principais da entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira.

Ele e o economista Yoshiaki Nakano (FGV-SP) são os autores do documento Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade, encomendado pelo presidente do PSDB, deputado José Aníbal, e que serve de base para um futuro governo José Serra, caso o senador seja eleito presidente da República.

Conjuntura Econômica — A gente tem o PSDB no governo com a possibilidade de ter o PSDB ganhando novamente as eleições. Qual seria a diferença, em termos de política econômica, do PSDB de hoje em relação ao PSDB que assumiria o governo, com José Serra?

Luiz Carlos Bresser Pereira — Bem, eu vou falar mais em função do que eu conheço e espero do José Serra. Primeiro temos de considerar que são etapas. O Fernando Henrique cumpriu a primeira etapa da estabilização, que foi a estabilidade dos preços, com o Plano Real, em 94. Depois, ele cumpriu a segunda etapa, quatro anos e meio depois, com a flutuação do câmbio. Agora, temos o problema da taxa de juros, um problema fundamental a ser resolvido. Quando nós resolvermos esse problema, tivermos taxas de juros compatíveis com a classificação do risco Brasil, no curto prazo e no médio prazo, aí nós poderemos dizer que está completada a estabilização da economia. Essa é a etapa que qualquer governo — e certamente um governo do PSDB — terá de enfrentar. É impossível discutir taxas de juros quando se tem taxa de inflação de 20% e 30% ao mês. Mesmo com a inflação em níveis mais civilizados, ainda havia o problema do câmbio sobrevalorizado, como tivemos durante quatro anos e meio. Então, era inútil falar em taxas de juros. Primeiro, tínhamos de resolver o problema. Agora é possível. Eu estou contando que o José Serra seja eleito. É o nosso candidato, é um homem que tem qualidades excepcionais e ele, sendo eleito, vai enfrentar esse problema de maneira mais direta. Embora eu ache que o Armínio (Armínio Fraga, presidente do Banco Central) já tenha começado a enfrentá-lo. Mas, eu acho que ele, muito sutilmente, vai mudar alguma coisa que já está mudando no atual governo.

O que, por exemplo?

Especificamente, a atitude em relação à poupança externa e ao endividamento externo. E uma definição mais clara, no plano econômico, do que seja o interesse nacional. Eu acho que o governo Fernando Henrique está sendo um grande governo e vai ficar entre os grandes governos que o Brasil já teve. Mas, na área econômica, deixou a desejar porque o setor econômico do governo aceitou a tese — americana, principalmente — de que nós não tínhamos mais recursos para nos desenvolver, por causa da dívida externa, mas que “não nos preocupássemos” — era a frase deles — e que fizéssemos a lição de casa direitinho, com o ajuste fiscal e as reformas — aliás, com as quais, em princípio, eu estou de acordo —, que eles financiariam o nosso desenvolvimento através dos investimentos das empresas multinacionais. Esse diagnóstico, que está implícito e explícito em toda a análise que o Norte faz dos países em desenvolvimento, é falso. Claro que o Brasil tem recursos. Mas a solução é ainda mais falsa. A idéia de que podemos nos desenvolver com poupança externa não é verdadeira. Primeiro, porque, historicamente, nenhum país fez isso. Em alguns casos

pode-se e deve-se recorrer ao financiamento externo. Os Estados Unidos até o fizeram. O Brasil também fez. Mas o recurso permanente à poupança externa, ou seja, ao déficit em conta corrente — poupança externa é sinônimo de déficit em conta corrente — apresenta dois problemas. Um problema óbvio é que você acaba se endividando tanto, se esse déficit em conta corrente estiver crescendo mais que o PIB, que acaba explodindo. Mas tem um outro problema, que os economistas geralmente esquecem e que é fundamental: é que existe um elemento intrínseco ao movimento de capitais, que torna a poupança externa — ou seja, o investimento que vem com ela — autoderrotante.

O que significa isso, exatamente?

Por que autoderrotante? Porque traz, intrinsecamente dentro de si, um efeito que a anula. Porque quando se financia o déficit com poupança externa — com empréstimos ou investimentos diretos, não importa — o que acontece é que a taxa de câmbio fica mais valorizada do que aquela que você teria se tivesse zerado o seu déficit em conta corrente. Essa valorização do câmbio é uma valorização artificial que está proporcionando um salário artificialmente alto. Quanto mais baixo, mais desvalorizado o câmbio, mais altos os salários. E quanto mais altos os salários, maior o consumo — fundamentalmente, de bens importados e de viagens ao exterior. De forma que, se examinarmos os últimos oito anos, o Brasil nesse período aumentou a sua dívida externa total, inclusive a patrimonial, em US\$200 bilhões — de US\$200 bilhões passou para US\$400 bilhões — e a taxa de investimento não aumentou em nada, ou praticamente nada. Quase tudo foi gasto em consumo. O mecanismo é esse. De forma que eu acho que essa análise não foi feita no governo Fernando Henrique. Mas o Serra vai fazê-la, porque tem uma preocupação muito grande com o interesse nacional — ele sabe que há uma diferença entre empresa nacional e estrangeira, ainda que as estrangeiras sejam sempre muito bem-vindas. O Serra vai saber fazer isso: tratar de defender o trabalho e o capital nacional mais fortemente.

Nas entrevistas que fizemos até agora, com o PT, o PFL e o PSB, os economistas, em geral, dizem que é necessário baixar a taxa de juros, fazer a reforma tributária e melhorar a poupança interna para produzir mais e exportar mais. O PSDB pensa a mesma coisa?

Eu acho que sim. Eu li um artigo recentemente, do Mantega (Guido Mantega, economista do PT entrevistado por *Conjuntura Econômica* em novembro de 2001), que é meu amigo, onde ele dizia que concordava com o documento que eu e o Nakano (Yoshiaki Nakano, professor da FGV e ex-secretário de Fazenda do Governo Covas) escrevemos, exceto numa coisa: o aprofundamento do ajuste fiscal. Eu acho que a coisa primeira que o novo governo tem de fazer é aprofundar, mais ainda, o ajuste fiscal. O Serra vai fazer isso.

Ajuste ou reforma fiscal?

Reforma não, ajuste mesmo! Porque reforma fiscal, reforma tributária, também precisa ser feita, mas isso é outra coisa. É complicada...

Passa pelo Congresso...

Passa pelo Congresso, mas a dificuldade não é o Congresso. Agora, ajuste fiscal, isso é absolutamente fundamental. O que o Brasil precisa é recuperar a sua poupança pública. Aumentando a poupança pública, consumindo menos do que arrecada, o Estado pode financiar seus próprios investimentos e o investimento privado. E pode, também, diminuir a sua dívida. O Serra vai fazer isso! Eu conheço suficientemente o Serra para saber que ele não vai brincar com essa história. Ele vai querer ter um Estado forte, como eu quero, como os americanos querem e os franceses querem. Todos querem um Estado forte, para ter um mercado forte! Essa história de ter um Estado fraco para ter um mercado forte é *nonsense*! É uma impossibilidade lógica! O Estado garante o funcionamento do mercado e, portanto, o funcionamento das empresas que aí podem ser fortes. Ele (Serra) vai fazer isso muito fortemente, eu acho. Agora: tem de fazer a reforma tributária? Tem! Mas aí ele vai enfrentar o mesmo problema que o governo atual enfrenta. Só que talvez ele o faça um pouco mais francamente. Mas eu desconfio que agora se percebe qual é a solução do problema. Todo mundo fala que é a favor da reforma tributária, mas ninguém explica por que é que não sai! E há um motivo óbvio pelo qual a reforma não sai: se você simplesmente quiser fazer um único imposto sobre valor adicionado; quer dizer, somando ao ICMS atual, o PIS, Pasep e a Confins, que são impostos em cascata, você vai ter de elevar a alíquota desse novo imposto para coisa de 35%. Ora, isso é impossível! Isso é inaceitável do ponto de vista dos contribuintes e é muito perigoso, porque vai estimular demais a sonegação.

O ideal seria o quê?

Eu li que está havendo uma negociação entre o Congresso e a Receita para começar a fazer a coisa gradualmente. Quer dizer, começar pelo imposto menor, que é o PIS, e fazer então um imposto à parte, sobre valor adicionado. Quer dizer, a solução do problema está começando a amadurecer. O Serra, como qualquer outro candidato que se eleja, vai aproveitar esse amadurecimento para levar adiante a reforma. Mas ele fará isso muito bem, porque ninguém conhece melhor o sistema tributário brasileiro do que ele.

Para o PFL, a reforma não saiu porque não se chegou, ainda, a uma conclusão sobre qual seria o melhor modelo.

O senhor concorda?

Foi o que eu acabei de dizer, por outras palavras. Essa é justamente a dificuldade. Podemos imaginar que a dificuldade seja saber quem vai ser mais penalizado ou beneficiado, se os pobres ou os ricos, ou se os estados do

Nordeste ou do Sul. Mas, toda a lógica da reforma é para não mexer nessas duas variáveis, e acho que é possível, se fizermos com cuidado. É possível não prejudicar e não beneficiar nem regiões, nem classes sociais. O grande problema da reforma tributária, que ninguém fala mais no Brasil e que deveríamos começar a discutir novamente, é como reduzir o papel dos impostos indiretos e voltar a aumentar o imposto direto. Isso, o PFL no governo, desconfio, jamais fará! Qualquer país civilizado — essa é a palavra: civilizado — deriva 2/3 da sua receita do Imposto de Renda e 1/3 dos impostos indiretos. É isso que permite que os Estados Unidos, por exemplo, cobrem 8% de imposto indireto. Aqui nós temos de pagar 35%! Quer dizer, há alguma coisa de podre no reino da Dinamarca.

O senhor acha que já há espaço para baixar um pouco mais a taxa de juros?

Eu sempre ouvia, e eu próprio aceitava essa idéia quando me perguntavam por que a taxa (de juros) é tão alta: “o risco Brasil é alto”. Respondia no bate-pronto! (risos). De repente, discutindo lá com o Nakano, nós verificamos que, primeiro, é preciso distinguir risco Brasil de classificação de risco Brasil. Porque risco Brasil é uma subtração entre a taxa de juros que nós pagamos em dólar e a taxa dos títulos do tesouro americano. A classificação de risco Brasil, que é, digamos, a probabilidade de *default* do Brasil, é dada pelas agências de classificação de risco. E aí eu verifiquei que não havia correlação entre essas classificações e a taxa de juros de curto prazo que o Brasil estava praticando. A nossa taxa de juros era muito mais alta que a da Rússia, da Turquia, da Venezuela, do Peru, que têm classificações iguais ou piores que o Brasil. Então, evidentemente, que havia espaço para a redução. Especialmente, para a taxa de curto prazo. Mas nós também estabelecemos a hipótese de que o fato de praticarmos taxas tão altas contamina, de baixo para cima, as taxas de juros que nós pagamos lá fora. De forma que as taxas de juros de longo prazo são também mais altas do que aquelas que a classificação de risco Brasil podia prever. Só que o diferencial das taxas de curto prazo é de uns 6 pontos percentuais, enquanto nas taxas de longo prazo o diferencial é de 2 pontos percentuais. Mas há uma diferença.

O senhor acha que os juros internos interferem na classificação de risco Brasil?

Interferem na classificação de risco Brasil e nas taxas de juros que o Brasil paga lá fora. Você pode imaginar a importância disso! Nós achamos que é possível baixar a taxa de juros. Não é preciso primeiro reduzir a dívida externa, reduzir a dívida/PIB, a dívida/exportação, para depois baixar os juros. Nós já podemos fazer isso. E, ao fazer isso, nós facilitamos o processo de redução da taxa porque uma grande parte do nosso déficit em conta corrente, quase toda ou senão toda, são juros que nós pagamos. Nós vamos diminuir um pouco esses juros e

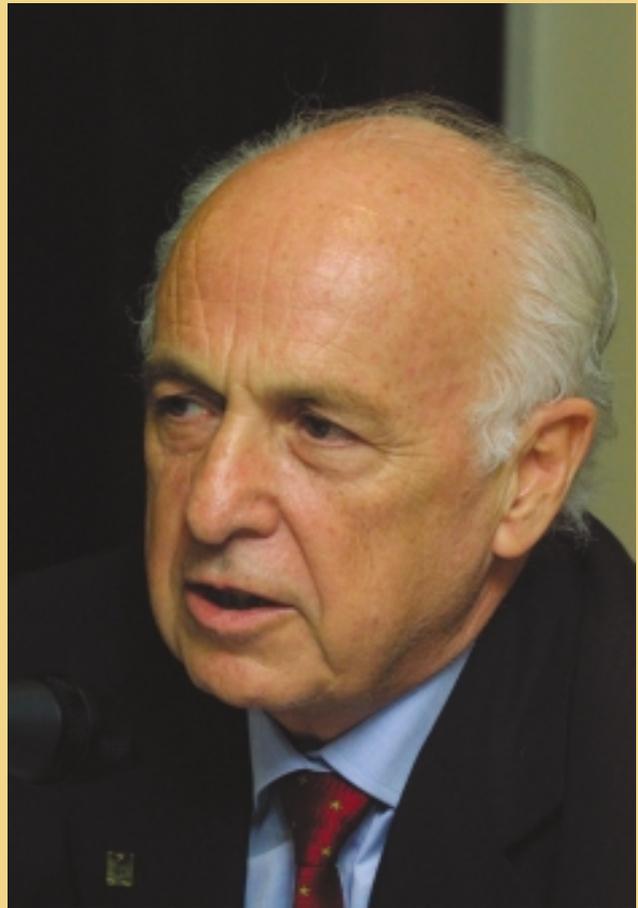
diminuir bastante os juros que pagamos internamente. Eu tenho um grupo de ex-alunos com os quais eu e o Nakano nos reunimos uma vez por mês. Juntos analisamos a primeira versão do documento. Já a segunda versão foi discutida por um grupo maior, que inclui o Edmar Bacha, o Chico Lopes, o Pérsio (Arida), o Fernão Bracher, que também é um grande amigo meu, e o Giambiagi (Fabio), entre outros. Aí veio a crítica do Bacha, do Chico Lopes e do Giambiagi. Os três disseram, basicamente: “Vocês estão esquecendo a meta de inflação”. Nós não estávamos esquecendo a meta de inflação, mas, enfim, foi o que eles acharam. Respondemos na *Folha de São Paulo* com o artigo A Armadilha dos Juros. Achamos que, gradualmente, mas firmemente, é possível o Banco Central baixar os juros e mostramos que acontece uma coisa curiosa quando se adota uma fórmula rígida de meta monetária, baseada no modelo macroeconômico. Imaginando que outros países façam a mesma coisa, Estados Unidos, Europa, a taxa, por exemplo, varia entre zero e 4%, em termos reais. Quando a economia está desaquecida é zero ou 1%, depois vai até 4%, 4,5% e logo em seguida desce. Em países de endividamento e taxa de risco semelhantes ao Brasil, essa variação ocorre entre 4% e 6% e, no Brasil, ocorre entre 9% e 12%. Então, essa fórmula do Banco Central é aplicada rigidamente e é necessário fazer uma transição para patamares mais reais. E isso a fórmula não permite, é claro! É rígida demais para isso e é isso que o Armínio está começando a demonstrar, quando fez essa mudança na reunião do Copom (realizada em 20 de março e que reduziu a taxa Selic de 18,75% para 18,50% ao ano).

O cenário é de taxas entre 16% e 16,5% até dezembro. Não é muito alto?

Essas taxas são altas, sim, mas acho que devemos terminar o ano com taxas substancialmente menores. Eu, definitivamente, não concorro com as empresas de consultoria (risos); elas é que ficam fazendo, permanentemente, essas projeções e eu não tenho nem economistas para isso. Entretanto, a minha convicção é de que o governo termine este ano com uma taxa nominal de juros bem inferior a 16%. Quanto? Não sei. Vai depender do próprio encaminhamento da economia e da inflação.

O Tito Ryff (economista do PSB), na entrevista que nos concedeu em março, disse que o governo, na condução da política econômica, teria errado por excesso de zelo. O senhor acredita que o próximo governo poderia ser mais ousado?

Em matéria fiscal, jamais! Eu acho que o Serra vai ser tão duro quanto os últimos três anos, senão mais duro. Depois, ele deve aliviar. Mas, nos primeiros dois anos, ele vai aprofundar o ajuste fiscal, que é fundamental para o país, para garantir essa queda final da taxa de juros e a retomada, aí sim, do desenvolvimento econômico. O que acho muito importante é que, quando se pensa no José



Serra e no PSDB no governo, as classificações comuns entre desenvolvimentistas *versus* monetaristas, nacionalistas *versus* entreguistas, não vão se aplicar a ele. Como, aliás, não se aplicam ao Fernando Henrique. Essas oposições estão equivocadas. Eu, por exemplo, acho que é fundamental que o Brasil defenda mais firmemente seu interesse nacional e acho que é fundamental que o Brasil abra, negociadamente, a sua economia e entre na Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

O senhor é favorável à entrada do país na Alca?

Sempre fui. Acho que eu fui a primeira pessoa no Brasil a defender a Alca, em 1990. Quando o presidente Bush (pai) propôs, em 1990, a iniciativa das Américas, eu escrevi vários artigos depois — um deles, com a Vera Torstensen, que é a representante do BID, este ano —, propondo que o Brasil negociasse. Naquela época, nem havia o Nafta. Agora, nós vamos negociar. Quer dizer, temos de negociar e acho que temos condições de negociar razoavelmente bem.

Não seria a “rendição a um projeto imperialista”, como denuncia o PT?

Isso é uma tolice do PT! Isso daí repete o Paulo Nogueira Batista Junior, que está equivocado a respeito do assunto. É claro que os americanos vão defender os seus interesses

e nós temos de defender os nossos. Mas que nós temos interesses comuns nessa história, não há a menor dúvida. Agora, imaginemos o Brasil fora da Alca e toda a América lá! Vejamos o caso do México na Nafta. O México tem vantagens hoje de exportar não só para os Estados Unidos, mas para a Europa e grande parte do resto do mundo. Com o Brasil ninguém faz acordos. Por quê? Porque nós não fizemos com os americanos. Enquanto não fizermos acordo com os americanos, os outros também não farão conosco, simplesmente porque não estão perdendo mercado para o Brasil. No dia em que o Brasil fizer com os americanos, que são os mais interessados, aí os europeus fazem e depois o resto do mundo faz. Então, não podemos ficar com essa desvantagem com o resto da América Latina.

A Alca inviabiliza o Mercosul?

Eu acho que não, porque o grau de integração dentro do Mercosul deverá e será sempre maior do que o grau de integração na Alca.

O senhor falou em vulnerabilidade externa do Brasil.

Acha que nós temos como crescer internamente?

Temos. Para isso é fundamental fazer o ajuste fiscal e aumentar a poupança externa. Esse é um ponto. Segundo, é fundamental reduzir a taxa de juros e estimular o investimento privado e a poupança privada através do investimento privado. A somatória do aumento da poupança privada mais essa poupança pública e uma série de pequenas medidas que se adotam todos os dias, vai elevar o grau de poupança, de investimento do país, de forma que então vamos conseguir taxas de crescimento satisfatórias. Porque eu acho 5% pouco, mas enfim... (risos)

Pouco?

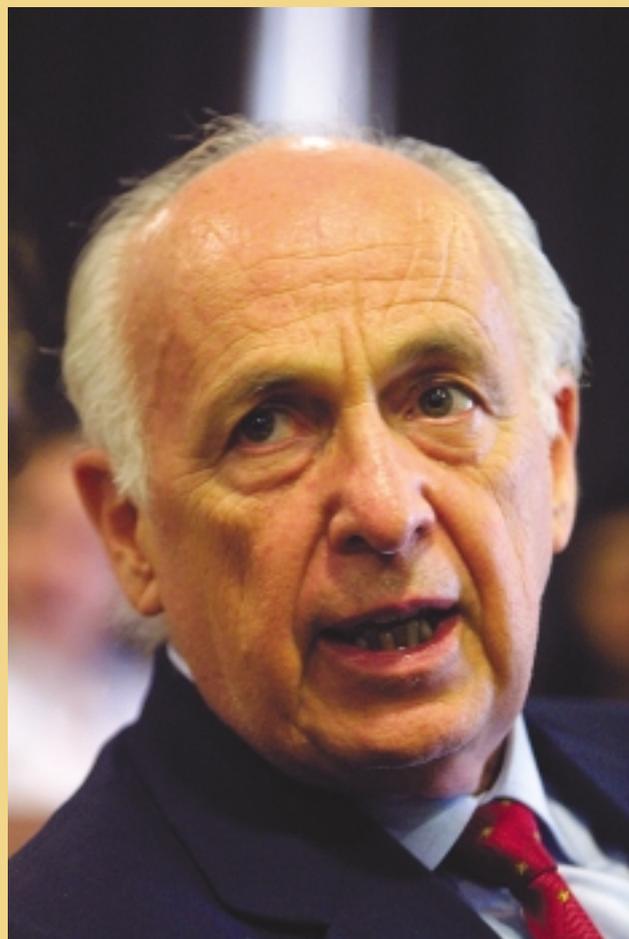
Sim, pouco. Mas enfim, como a nossa taxa de crescimento da população está em 1,5%, se nós conseguirmos 5% já estará bom! Mas o Brasil pode crescer até mais do que isso. Eu não estou preocupado com poupança. Existe um estoque de capital não utilizado no Brasil — uma parte no exterior, inclusive — que, no momento em que houver reais oportunidades de investimento...

Capital repatriado...

Capital repatriado, sim, capital que está meio parado nos bancos, que vai entrar em ação. Essa teoria não é só do Keynes, não! É do Schumpeter, também! O Schumpeter, quando define o empresário, diz que o empresário é quem busca crédito e faz investimento. Você junta Keynes com Schumpeter e dá resultado, ainda que eles dois não se entendessem lá muito bem! (risos)

Que medidas o senhor acha, por exemplo, que precisam ser adotadas no primeiro ano do governo Serra para os problemas começarem a ser resolvidos?

Aprofundar o ajuste fiscal e fazer a reforma tributária. As outras coisas todo mundo sabe, quer dizer, precisa dar continuidade à reforma administrativa, cujas bases estão aí bem instaladas. Ele tem de discutir novamente



o problema da universidade pública federal, que é um ativo extraordinário do país, mas é muito ineficiente. Precisa se tornar autônoma e, ao mesmo tempo, ter mais recursos.

Autônoma, o senhor quer dizer paga?

Eu também sou a favor de que ela seja paga, mas com 30% de bolsas. Mas quando eu digo autônoma, eu quero dizer que os professores novos admitidos não sejam mais funcionários públicos, nem empregados públicos. Sejam funcionários de uma entidade pública, mas não-estatal, semelhante a uma organização social. Mas acho que deve se fazer uma lei especial para as universidades. De forma que os aumentos de salários sejam resolvidos pela própria universidade. Ela teria os recursos que viriam do Estado e teria recursos que viriam de taxas escolares e de outros serviços. A partir daí, ela teria a mesma eficiência que se registra, por exemplo, na Fundação Getúlio Vargas. É sério! Na FGV nós sabemos, por exemplo, que se um professor ao nosso lado não está fazendo nada — é difícil, mas se ele não conseguir fazer nada — eu vou ficar indignado porque ele está me roubando. Na universidade federal, isso não existe! Quer dizer, ninguém faz essa ligação. É tudo pago lá pelo Tesouro Nacional, que está muito longe.

O corporativismo é muito grande, também...

O corporativismo já nasce dessa falta de fiscalização. Mas na hora em que se aumente a eficiência do sistema, isso legitima mais recursos do próprio Estado. Como tende a aumentar a população, eu acho que o Estado vai ter de gastar mais com as universidades federais, e não menos. E não só federais como também outras entidades públicas não-estatais de boa qualidade. O governo vai ter de pôr mais dinheiro nelas, mas fará pondo “dinheiro bom em cima de dinheiro bom”, como se costuma dizer. (risos)

Com relação à tecnologia, por exemplo. O Brasil exporta commodities, exporta avião, e uma das críticas que se faz é que o país não atrai empresas de tecnologia. Isso está sendo pensado?

Veja, atrair empresas não é solução para mim. Nós temos um bom ministro da Ciência e Tecnologia e temos um bom trabalho sendo feito lá. Os recursos para ciência e tecnologia aumentaram substancialmente nos fundos que foram criados, de forma que, no plano do Estado, esse problema está bem encaminhado. O que nós insistimos é que a política industrial brasileira, que deve estar sempre acoplada à política comercial, deve ser aquela que priorize o financiamento das empresas que têm capacidade de exportar. E dar-lhes apoio, também, no plano tecnológico. Isso tem dois motivos. Um deles é de sobrevivência. Nós estamos excessivamente endividados. O Mário Henrique Simonsen, que era um grande economista — este sim! —, dizia sempre, nos anos 70, que não podia passar de 2% a relação dívida/exportação. E nós estamos chegando a 4,5%! Isso é muito grave! Nós temos de reduzir isso! Então, só por esse lado, justifica-se. Mas há uma outra justificativa, que é uma justificativa alocativa. Quando se davam subsídios para as empresas, a política industrial daquela época não tinha nenhum critério de eficiência embutido nela, no próprio sistema. Mas hoje, quando se apóiam empresas exportadoras ou competitivas, o controle embutido está ali. Se ela não está exportando, não se dá tanto apoio a ela. Isso é contra o Brasil!

O Tito Ryff fez o seguinte levantamento: somando-se os recursos do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, dá R\$114 bilhões, quantia responsável por 25% do crédito nacional. A idéia do Tito Ryff seria redirecionar esse crédito.

Eu tenho uma enorme dificuldade de entender por que o BNDES está financiando empresa multinacional. Pode até ser razoável num caso ou outro, mas não vejo razão. Eles forçaram a mão de tudo quanto é jeito para abrir nossos mercados. Hoje, existe um consenso no mundo, não é no Brasil, mas no mundo desenvolvido que a rodada Uruguai beneficiou muito mais a eles do que a nós. Eles não se abriram e nós abrimos um monte de coisas para eles. Por que estamos financiando empresas multinacionais?

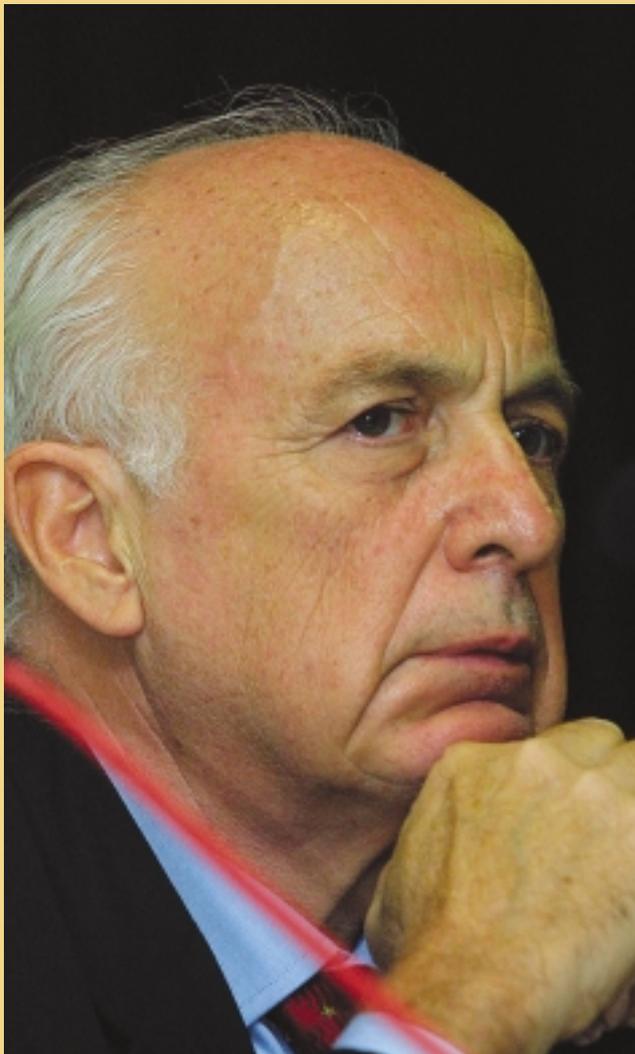
Eles têm os bancos deles! “Ah, mas nós temos interesse na privatização!” Temos, em termos. Em algumas, nós não temos interesse nenhum! Privatizar a distribuição de energia elétrica, como nós fizemos, Light, Eletropaulo, foi um erro. Você privatizar as hidrelétricas é por causa das rendas ricardianas. Rendas ricardianas muito grandes, que vão ficar cada vez maiores.

Ricardianas, que o senhor fala, são relativas a David Ricardo?

Sim, David Ricardo! (risos). A renda ricardiana é quando você tem um monopólio, geralmente de um bem da natureza, que faz com que o seu custo seja muito menor que o custo do mercado e então dá uma renda muito grande. Quer dizer, você ocupava primeiro as terras mais produtivas e depois ia ocupando as terras cada vez menos produtivas. À medida que você ia fazendo isso, as terras mais produtivas — como o preço era determinado pelo custo marginal da última terra — passavam a ter uma renda ricardiana muito grande. Agora, vocês imaginem uma hidrelétrica que produz energia elétrica a, por exemplo, R\$15/kWh. O custo das termoeletricas é em torno de R\$40. Por enquanto, o preço não está em R\$40, mas tende para R\$40 e quando isso acontecer as hidrelétricas vão produzir uma renda ricardiana muito grande, que é a diferença, vamos dizer, entre R\$40 e R\$15. E isto, o ideal é que fique na mão do Estado. Se você põe isso no setor privado, é complicado. Por que é que os chilenos, por exemplo, não privatizaram o cobre? Porque tem rendas ricardianas muito grandes lá. Há certos assuntos que não se resolvem com o mercado. A grande maioria, graças a Deus, se resolve, mas nem todos.

Ainda com relação ao papel do Estado na economia, o PFL defende a privatização do Banco do Brasil, do BNDES e da Caixa Econômica Federal. Já o PSB acha que essas instituições devem financiar a produção, a geração de empregos e o aumento da produtividade.

Em relação ao BNDES, realmente, eu não tenho nenhuma dúvida de que não deve ser privatizado. Em relação ao Banco do Brasil, eu tenho as minhas dúvidas, porque eu creio que devem existir outras formas de resolver o problema do crédito agrícola e certamente o governo pode fazer uma política que substitua o papel do Banco do Brasil, que acaba competindo de forma incompetente com os bancos privados. Não tem uma diferença. Já em relação ao BNDES e à Caixa Econômica, não. Eles têm recursos próprios, que são do Estado e que eles aplicam. Então, por isso eu não quero privatizar. Eu estou usando poupança que eu arrecado da sociedade de várias maneiras, e estou usando esses bancos como veículo para aplicar esses recursos. Aí eu preciso ter uma política, de fato. Eu não creio que com o Banco do Brasil eu possa fazer muita política, não.



O senhor acha que os superávits primários acertados com o FMI estão muitos elevados? São excessivos?

Não, não estão muito elevados e por isso sou a favor do aprofundamento porque eu quero ter mais, ainda, para poder zerar o déficit público. Mas em relação ao FMI, a minha posição é a seguinte: não é que eu vou ignorá-lo, mas eu vou fazer tudo o que eu acho que devo fazer, mantendo sempre as boas relações. Porque nós sabemos melhor que eles o que temos de fazer. Hoje, nós não somos mais nenhum país de analfabetos, como diz o presidente Fernando Henrique. Se eles pensam que nós somos, nós não somos! Eu acho que o Brasil, em relação ao FMI, precisa ter uma política mais ativa para discutir quais são as políticas que o Fundo deve desenvolver em relação aos demais países e ao equilíbrio do sistema financeiro internacional. O FMI tem sido irresponsável nessa matéria.

O presidente Fernando Henrique tem falado sobre isso...
Mas o Fernando Henrique tem falado sobre isso a partir

da tese de que o FMI deveria adotar a taxa Tobin. Não que eu seja contra a taxa Tobin, sou a favor da taxa Tobin, mas não creio que seja realista e que nós possamos adotá-la. Mas eu acho que o FMI devia abandonar o pressuposto fácil dos déficits gêmeos e devia passar a cobrar muito mais duramente dos países em desenvolvimento o controle dos seus déficits em conta corrente. Hoje, o FMI só olha para o déficit público e diz que está olhando o déficit em conta corrente porque existem os déficits gêmeos. Mas os déficits não são gêmeos. Se tudo fosse perfeito no mercado, seriam. Mas não é. Na prática, estamos cansados de ver que não é. O FMI tem deixado de cumprir a sua função, que é a de garantir a estabilidade a longo prazo do sistema financeiro internacional, porque é leniente com déficits muito grandes. E é assim porque seus principais acionistas são. Os principais acionistas são os países ricos que querem que nós tenhamos déficits e que nós financieiros os nossos déficits com eles. Então, eles ganham dos dois lados, claro! A idéia que eles venderam para nós e que nós acreditamos o tempo todo é de que quanto mais financiamento, melhor. Para mim, quanto menos financiamento, melhor! Isso o FMI deveria adotar em relação aos demais países. E o que eu estou dizendo não é nenhuma novidade. A Comissão Meltzer já havia chegado a essa conclusão.

Para concluir, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre o seguinte: é possível para o PSDB, uma vez vitorioso nas eleições, governar sem o PFL?

Eu acho que será difícil. Espero que o PFL venha, ainda, a apoiar o PSDB. Na campanha! (risos)

O PFL ainda é o melhor parceiro de governo para o PSDB?

Não. O melhor parceiro para o PSDB é o PMDB! Disso eu não tenho a menor dúvida. Entre o PFL e o PMDB, como melhor parceiro, já que vocês me perguntam — e eu não sou político; o Serra jamais declararia isto, porque ele é político, mas eu não! — a melhor opção é o PMDB. Não só porque o PMDB não tem candidato, mas porque, em termos políticos, as posições da melhor parte do PMDB são muito mais próximas das nossas do que as da melhor parte do PFL. O PFL fica, a meu ver, excessivamente não tanto à direita, mas num liberalismo que me preocupa! Eu sou um liberal. Me defino como um liberal, mas um liberal, digamos, como o meu amigo Marco Maciel. ❏

N.R. O documento elaborado para o PSDB está no *site* www.bresserpereira.org.br